

**VISITANDO
A HISTÓRIA
DOS SURDOS**



Sih's 2021

MOVIMENTOS SURDOS: EFEITOS DA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO DOCUMENTO *EDUCAÇÃO QUE NÓS SURDOS QUEREMOS*

Deaf movements: effects of the historical trajectory of the education document They we deaf want



Carilissa Dall'Alba

Professora Adjunta do Departamento de Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Resumo

O presente artigo analisa os efeitos da trajetória histórica do Documento *Educação que Nós Surdos Queremos*, elaborado pela Comunidade Surda antes da realização do importante evento V Congresso Latino-americano de Educação Bilíngue na Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, no ano de 1999. O documento foi entregue ao governador do estado gaúcho, Olívio Dutra. O documento, que fez muita diferença na educação de surdos, tem mais de vinte anos e surtiu grandes efeitos. Neste trabalho trago alguns apontamentos importantes de alguns acontecimentos e realizações da Comunidade Surda após o documento referido; a oficialização da lei nº 10.436, a criação do Curso de Letras/Libras e os Movimentos pelas Escolas Bilíngues para Surdos; esses três citados são os efeitos centrais. Utilizei alguns recortes da minha Dissertação de Mestrado em Educação, realizado na Universidade Federal de Santa Maria, em 2013. Obtive três entrevistas para a composição desse trabalho, dos três sujeitos importantes que participaram nas organizações do documento e da passeata, que aconteceu dois dias antes do V Congresso Latino-americano de Educação Bilíngue. Os eventos do Setembro Azul também tiveram destaques nos efeitos. Finalizo com problematizações sobre a realidade da Educação Bilíngue para Surdos do Brasil e da luta que segue até hoje.

Palavras-chave

Movimento Surdo. Educação bilíngue. Educação de surdos: Libras.

Abstract

This article analyzes the effects of the historical trajectory of the Document *Education that we deaf want*, prepared by the Deaf Community before the holding of the important event V Latin American Congress of Bilingual Education at the Federal University of Rio Grande do Sul, Porto Alegre in 1999 the document was delivered to the governor of the state of Rio Grande do Sul, Olívio Dutra. The document that made a big difference in the education of the deaf is more than twenty years old and has had great effects. Un this work I bring some important notes of some events and achievements of the deaf community after the aforementioned document; the officialization of law n 10.436, the creation of the Letters/Libras course and the Movements for Bilingual Schools for the deaf, these three mentioned are the central effects. I used some clippings from my Master's Dissertation in Education held at the Federal University of Santa Maria in 2013. I obtained three interviews to compose this work, from the three important subjects who participated in the organizations of the document and the march, that took place two days before the V Latino Congress-American Bilingual Education. The events of the Blue September also had highlights in the effects. I conclude with problematizations about the reality of Bilingual Education for the Deaf in Brazil and the struggle that continues until today.

Keywords

Deaf Movement. Bilingual education. Deaf education: Libras.



**LEIA EM LIBRAS ACESSANDO O
QR CODE AO LADO OU O LINK**

https://www.youtube.com/channel/UCosR0a_gJVuvT-26VxiR3cTQ

Canal do DDHCT INES no YouTube



Introdução

Ao escrever este artigo sobre o Documento *Educação que Nós Surdos Queremos*, me passam filmes na cabeça sobre as muitas manifestações de que participamos. Está mais do que claro que o documento foi um momento muito significativo do Movimento Surdo do Brasil. Na minha Dissertação de Mestrado¹, realizada na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) no ano de 2013, eu analisei quatro documentos importantes da Educação de Surdos e o documento *Educação que Nós Surdos Queremos* foi um dos mais importantes no trabalho, cujos fragmentos reproduzo neste artigo.

E, com muito orgulho, eu posso dizer que estive no V Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue em 1999, aos treze anos, e foi nesse congresso que o documento *A Educação que Nós Surdos Queremos* foi redigido. Mesmo com pouca idade, eu já me interessava pela militância dos Movimentos Surdos,

¹ Dissertação de Mestrado com orientação da Professora Dra. Márcia Lise Lunardi-Lazzarin.

que já estava em minha subjetividade. Fiquei sentida em não poder ficar todo o congresso; só fiquei um dia em Porto Alegre, no evento com meus pais ouvintes. Eles organizaram uma excursão com a Escola Helen² Keller, onde eu estudava, para uma pequena participação no congresso de que tanto se falava na escola e assistimos a uma produção de teatro de surdos da Suécia. Eu fiquei maravilhada ao ver sinais diferentes de Libras, embora naquela época não se falasse Libras, mas sim Língua de Sinais. No congresso, fiquei abismada ao ver várias Línguas de Sinais circulando no Salão de Atos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS - e havia grande quantidade de intérpretes delas. Antes de o congresso acontecer, uma professora de minha escola me convidou a participar da passeata para entregar o documento ao governo estadual, mas eu não pude ir, meus pais não acharam seguro eu participar; fiquei contrariada e tentei insistir, aí meus pais organizaram a excursão para o congresso. Foi nesse congresso que eu entendi a existência de várias Línguas de Sinais e que nem todos os países atendem 100% das necessidades das pessoas surdas; isso fortaleceu a minha identidade como Militante Surda.

A constituição da minha Identidade Surda foi se constituindo aos poucos nos Movimentos Surdos; tudo foi se articulando nesses espaços. Nesse sentido, a primeira doutora surda do Brasil, a gaúcha Gladis Perlin argumenta:

Identities surdas são presentes no grupo onde entram os surdos que fazem uso com experiência visual propriamente dita. Noto nesses surdos, formas muito diversificadas de usar a comunicação visual caracteriza o grupo levando para o centro do específico surdo [...] sua identidade fortemente centrada no ser surdo, a *identidade política surda*. Trata-se de uma identidade que se sobressai na militância pelo específico surdo. É a consciência surda ser definitivamente diferente e de necessitar de implicações e recursos completamente visuais (1998, p. 63).

Há grande coincidência de datas: o congresso foi realizado nos dias 20 a 24 de abril de 1999 e em 24 de abril de 2002 foi oficializada a lei nº 10. 436, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como língua oficial da Comunidade Surda do Brasil; uma grande vitória do Povo Surdo.

O DOCUMENTO

Este documento foi produzido no Pré-Congresso que antecedeu o V Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue, em 1999, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, e que reuniu centenas de sujeitos surdos e pesquisadores. O evento foi organizado pelo Núcleo de Pesquisa em Políticas de Educação de Surdos ³- NUPPES, do Programa de Pós-Graduação em Educação da

² Escola Especial Municipal Helen Keller, localizada em Caxias do Sul/Rio Grande do Sul. Escola só para surdos, fundada em 1960.

³ O Professor Carlos Skliar foi professor do Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e coordenou o NUPPES no período de 1997 - 2006.

Universidade Federal de Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, e marcou a História Surda, contribuindo para a inscrição do Movimento Surdo entre movimentos sociais em prol do reconhecimento das diferenças culturais.

No pré-congresso, os sujeitos surdos se reuniram e elaboraram o documento *A Educação que Nós Surdos Queremos*. Nesse documento constam os esclarecimentos sobre a forma como os surdos queriam que fossem narrados, as Diretrizes Surdas para a educação, as discussões de Língua de Sinais, os direitos dos intérpretes de Língua de Sinais e o reconhecimento da Língua de Sinais pelo Estado.

Depois do documento *A Educação que Nós Surdos Queremos* pronto, foi organizada uma passeata que reuniu em torno de duas mil pessoas e o documento foi entregue ao governador do Estado Rio Grande do Sul na época, Olívio Dutra. Segundo Lopes (2007),

Esses acontecimentos trouxeram, para as discussões no campo da educação de surdos, outros atravessamentos teóricos que permitiram aos pesquisadores pensar a surdez dentro de novas bases epistemológicas, até então desconhecidas ou pouco divulgadas. Partidários da ideia de que a surdez é uma invenção cultural, eles introduziram em suas pesquisas e produções textuais novas reflexões sobre identidade, diferença, comunidade e diversidade (LOPES, 2007, p. 33).

O documento *A Educação que Nós Surdos Queremos* está composto por 147 artigos e tem como objetivo principal o fim da política de inclusão/integração, enfatizando a urgência de criação de escolas para surdos. Citarei aqui dois dos 147 artigos. O documento foi criado em 1999, já se passaram mais de vinte anos, alguns artigos não fazem mais parte das lutas da Comunidade Surda, ou seja, conquistamos, por exemplo, o que pretendiam os artigos 14 e 122.

O artigo 122 dispõe: “Buscar a regulamentação da profissão de Instrutor de Língua de Sinais, em parceria com Associações e Federações de Surdos, para obter o reconhecimento legal da profissão”. Esse ponto na agenda política do movimento surdo foi legitimado com a criação do Letras/Libras em 2006, pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, que teve o objetivo de formar o Professor de Libras. Segundo o decreto 5.626/2005⁴, a função do professor de Libras é legalizada e ter proficiência de Libras complementa a profissão. Letras/Libras é uma graduação que abre as portas dos professores de Libras e hoje acontece em várias universidades do Brasil, inclusive nas privadas. No início, em 2006, o Letras/Libras só funcionava na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC - na modalidade à distância. A criação do Letras/Libras ocorreu após o documento *Educação que Nós Surdos Queremos*. Mas nós surdos não tínhamos noção do que seria Letras/Libras, um curso pioneiro da América Latina que gradua professores de Libras.

Em 2001, os representantes surdos de todo o país se reuniram no “Seminário Nacional: Surdos um Olhar sobre as Práticas em Educação” realizado em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, com o objetivo de enumerar uma lista de recomendações. A principal recomendação era a criação de

4 O decreto que regulamenta a lei nº 10.346, de 24 de abril de 2002.

um curso de graduação de Língua Brasileira de Sinais, específico para os surdos, já que em 2001 a Libras ainda não havia sido oficializada. O movimento surdo lutava por isso sem imaginar que o Curso de Letras/Libras seria criado em 2006. Neste mesmo ano, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é responsável pela iniciativa do projeto deste curso na modalidade da educação à distância, em parceria com a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) e Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (CEFET/SC). (DALL'ALBA, 2013, p. 30)

Em 2001 não havia a lei nº 10.436/2002 e muito menos a lei que regulamenta a profissão de intérprete de Libras. O artigo 147 prevê a garantia de “intérprete com formação de 3º Grau possa atuar na tradução para Língua de Sinais nas universidades”. No entanto, a luta pelo direito a intérpretes ainda continua, pois há muitos espaços, entre eles universidades, que ainda não contam com a presença desse profissional no seu quadro de recursos humanos, ou possuem profissionais sem a qualificação exigida por lei. Em 01/09/2010 foi regulamentada a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais, pela Lei nº 12.319. Com essa lei, os intérpretes de Libras podem ter o nome da sua profissão na carteira de trabalho e na folha de pagamento, o que antes não era possível, já que não era uma profissão reconhecida. A atual luta de intérpretes é ter um plano de carreira e também os cuidados com a saúde, pois a maioria dos intérpretes que trabalham por muitas horas sofrem de LER - Lesões por esforços repetitivos, devido à falta de condições adequadas de trabalho e falta de revezamento. A nota técnica da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guias Intérpretes de Língua de Sinais - FEBRAPILS - esclarece sobre o revezamento.

A interpretação de Libras e Língua Portuguesa corresponde à mobilização de textos predominantemente orais e sinalizados em situações de interação face-a-face. Esta atividade acontece em qualquer situação em que pessoas surdas precisem estabelecer comunicação imediata com não falantes de sua língua em quaisquer contextos possíveis. Recomenda-se que os intérpretes atuem em equipe, (minimamente em duplas) em situações comunicativas não dialogais com mais de 40 minutos de duração sendo necessário o revezamento a cada 20 minutos (FEBRAPILS, 2008, p. 4).

As professoras doutoras e pesquisadoras Adriana da Silva Thoma e Madalena Klein pesquisaram o andamento desse documento depois de dez anos de elaboração. Para fazer essa análise entrevistaram dez Líderes Surdos e professores que narraram suas experiências nas escolas de surdos, ou seja, sujeitos surdos que vivenciaram aquele momento histórico. A partir das respostas desses líderes, as professoras concluíram:

Percebemos nas respostas dessas Lideranças Surdas, um comprometimento que se estabelece entre seus membros, formando uma rede de trocas de comunicação, símbolos, imagens e outros dispositivos de identificação. Essa rede constitui-se através de um comprometimento com a Língua de Sinais, com a Cultura Surda e as estratégias de compreender e relacionar-se com outros indivíduos surdos e com o mundo (THOMA; KLEIN, 2010, p. 125).

São muitos anos de Movimento Surdo; alguns marcaram fortemente a história da educação dos surdos, a maioria das lutas realizadas pelo Povo Surdo é para garantir uma educação justa para surdos com profissionais qualificados. O documento entregue ao governador e feito no pré-congresso foi um marco histórico, como afirmam as pesquisadoras Thoma e Klein (2010).

Do movimento e das lutas surdas empreendidas, na metade dos anos 90 do século XX em diante, resultaram mudanças na Educação de Surdos, entre elas, a formação de professores surdos e sua inserção nos espaços escolares. Muitos desses professores narram experiências escolares de seu tempo como alunos surdos como potencializadoras para uma mobilização e articulação política de resistência às práticas educacionais vividas por eles. Essa mobilização produziu efeitos políticos importantes para mudanças em direção a uma Educação de Surdos, materializados no Documento de 1999. Esse Documento subsidiou debates e provocou a necessidade de mudança tanto na legislação de forma geral, quanto nas escolas, mais especificamente através da reestruturação de projetos político-pedagógicos e projetos de formação de professores (THOMA; KLEIN, 2010, p. 114).

São relevantes os efeitos do referido documento, que certamente colaborou para a oficialização da Libras (2002), a criação do Curso de Letras/Libras (2006) e o movimento de Escolas Bilíngues para Surdos (2011), entre outros efeitos importantes para a Comunidade Surda. Entendo esses pontos como práticas discursivas que movimentam aquilo que entendemos como lutas e bandeiras das Comunidades Surdas Brasileiras, ou seja, como importantes ferramentas de luta do Movimento Surdo e que tiveram efeitos na educação de surdos. Poupeau (2007) afirma que:

[...] estes movimentos transformam os meios em fins, o êxito é dado pelas conquistas, mas pelo número de participantes e seu impacto midiático na sociedade. O movimento torna-se dependente da opinião pública, pois é preciso que a sociedade manifeste o conhecimento da ação, precisa que se discuta e debata o que se está demandando, reclamando da ação ou denunciando, para que a ação coletiva venha a atingir reconhecimento e legitimidade social. A mídia e sua cobertura tornam-se elementos estratégicos a essa configuração; ela contribui para a direção do movimento, pois o movimento social precisa de visibilidade. As críticas aos altermundialistas destacam que, entre os participantes, nos megaeventos, quem detém de fato a fala são porta-vozes autorizadas, de certa forma já “profissionais na política”, detentores de um capital militante onde a luta política se trava um combate de idéias[sic] e ideais, a questão simbólica é mais importante que os problemas concretos. O processo de transformação social adquire facetas proféticas, místicas, sem objetivo definido. Os processos efetivos de dominação existentes não aparecem nos discursos (Poupeau, 2007, p. 47- 48).

A história das Lutas e dos Movimentos Surdos articulados com a educação de surdos tem caráter histórico e processual, ocorrendo dentro e fora de escolas, em espaços como associações, universidades e pela internet. As lutas pela educação fazem parte da construção da cidadania. As lutas, as manifestações, os movimentos, as reuniões e os encontros que fazem a História do Movimento

Surdo são compartilhados com a FENEIS - Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos -, WDF - Word Federation of the Deaf -, escolas, universidades, prefeituras etc. que apoiam a ideia das lutas. Segundo a Revista da FENEIS (1995, p. 10), “os Movimentos Surdos podem ser entendidos como movimentos sociais articulados a partir de aspirações, reivindicações, lutas das pessoas surdas no sentido do reconhecimento de sua língua, de sua cultura”. Esses movimentos partem dos espaços articulados pelos surdos, como as associações, as cooperativas e os clubes onde jovens e adultos surdos estabelecem o intercâmbio cultural e linguístico e fazem o uso oficial de Língua de Sinais.

Ao entender o Movimento Surdo articulado a outros movimentos sociais, podemos pensar o quanto esse movimento está conectado à contemporaneidade, pois estamos mais focados em preparar os líderes surdos e criar condições para a Militância Surda. Hoje há vários cursos de liderança e as associações buscam os líderes surdos para serem representadas nesses movimentos. Encontros, seminários, conferências, simpósios etc. são algumas das estratégias básicas para darem continuidade à história, buscando as atualizações necessárias.

É visível que a passeata que ocorreu dois dias antes do congresso foi um grande marco histórico, uma bagagem bem grande para a trajetória do Movimento Surdo que tanto lutava pela qualidade de vida dos sujeitos surdos. E trago aqui outro grande marco do Movimento Surdo: em 2011 presenciamos uma grande mobilização organizada em função da política de educação inclusiva, promovida pelo Ministério da Educação. Houve grande resistência; foi a maior manifestação da história de educação de surdos do Brasil.

Um exemplo significativo de resistências nos movimentos surdos vem se dando no campo da educação. As discussões emergentes sobre a participação de surdos nas decisões educacionais das escolas, os movimentos em direção à ruptura com o que até então se denomina educação especial, procurando redefinir novos espaços, novos sujeitos, são alguns dos exemplos de saberes, fragmentados e descentrados, às vezes, mas que vêm a contrapor os saberes oficiais, instituídos e considerados até então como verdadeiros (KLEIN, 1999, p. 88).

Um dos pontos mais nevrálgicos desse movimento foram as declarações da diretora de políticas educacionais especiais do MEC, Martinha Claret, acerca da Cultura Surda. Essas declarações causaram grande repercussão na Comunidade Surda e entre pesquisadores da área da linguística e da educação de surdos. Seguem as palavras da diretora:

Do ponto de vista da educação inclusiva, o MEC não acredita que a condição sensorial institua uma cultura. As pessoas surdas que estão na comunidade, na sociedade, compõem a cultura brasileira. Nós entendemos que não existe Cultura Surda e que esse é um princípio segregacionista. As pessoas não podem ser agrupadas nas escolas de surdos porque são surdos. Elas são diversas. Precisamos valorizar a diversidade humana (Martinha Claret, Diretora de Políticas educacionais especiais do MEC, Revista da Feneis, nº40, p. 23, 2011).

Na nota de esclarecimento da FENEIS sobre a educação bilíngue para surdos, a atual Política de Educação Especial do MEC não atende à Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Nova York, ONU 2012), particularmente no artigo 24, que prevê que os estados membros devem garantir “o aprendizado da Língua de Sinais e promoção da identidade linguística da Comunidade Surda”; e que

[...] a educação de pessoas, em particular crianças cegas, surdo-cegas e surdas, seja ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados ao indivíduo e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social.

Tampouco obedece ao artigo 30, item 4, do mesmo documento, que determina que:

As pessoas com deficiência farão jus, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a que sua identidade cultural e linguística específica seja reconhecida e apoiada, incluindo as Línguas de Sinais e a Cultura Surda.

No que diz respeito a esse direito, a política do MEC de 2011 tem sido a de descuidos da especificidade linguística e cultural dos surdos, em desrespeito não só à convenção, mas também à lei 10.436/2002 e ao decreto 5.626/2005.

Eu, como líder da Comunidade Surda do Estado do Rio Grande do Sul, participei juntamente com líderes de outros Estados da organização da mobilização em Brasília. Na comunidade de organização havia pessoas surdas e ouvintes de todo Brasil, bem como surdos de outros países que apoiaram e contribuíram durante os meses de março, abril e maio de 2011. Para essa mobilização lançamos mão das redes sociais como importantes articuladoras do movimento “Organização de manifestações em defesa da Educação de Surdos”. Para isso, *youtube*, *facebook*, *twitter* e *MSN* constituíram-se em espaços de lutas e de organização do Movimento Surdo. Para Pinheiro (2011, p. 34), “a Internet toma agora um lugar além das trocas ou encontros virtuais, sendo mais que isso; é um lugar de produção de conhecimentos, culturas, identidades e resistências”.

Certamente a internet foi a grande ferramenta nesse movimento. As lideranças postavam nesses espaços vídeos em Língua de Sinais para divulgar e pedir colaborações, pois quando as informações são transmitidas em sinais facilita mais a acessibilidade aos surdos. Também foram postados vídeos de pessoas ouvintes que apoiam a Comunidade Surda: atores, artistas, políticos, educadores, intérpretes de Libras, médicos. O *youtube* foi um dos recursos mais utilizados para organizar a manifestação de 2011 e nesse dispositivo houve o depoimento da atriz Marieta Severo, que relatou no vídeo que tem uma irmã surda e sabe que a educação bilíngue é muito importante aos surdos, bem como da saudosa artista Elke Maravilha, que postou um vídeo animando o pessoal da organização e avisando que iria para Brasília apoiar o movimento. Conforme Ghon (2011), sobre a atualidade nos movimentos:

Na atualidade os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam muito dos novos meios de comunicação e informação como a internet (GHON, 2011, p. 335-336).

Na organização do documento *Educação que Nós Surdos Queremos*, no final dos anos 1990, a internet estava apenas começando. As trocas de correspondências de correios e reuniões presenciais foram as bases da organização. Quando estava elaborando este presente artigo tive oportunidade de entrevistar quatro sujeitos importantes da organização da passeata, quando foi entregue o documento *Educação que Nós Surdos Queremos* ao governo estadual. Seguem quatro narrativas que consegui para compor este trabalho. A primeira é da Patrícia Luiza Ferreira Rezende-Curione, que esteve na passeata de 1999, em Porto Alegre, e foi Diretora de Políticas Educacionais da Feneis em 2011, quando comandou a maior manifestação da Comunidade Surda do Brasil. Ela fez uma breve comparação do modo de organização; em 1999, era preciso fazer tudo ao vivo e atualmente quase tudo é virtual;

Passeata de 1999 era só empolgação em conhecer a Comunidade Surda do Brasil inteiro, e já começando a me politizar em questões da educação de surdos. Já em 2011 é outra perspectiva de visão, já politizada de corpo e alma e já quero urgentemente as políticas públicas em Educação de Surdos. Sob efeitos de tecnologia, comparando o de 1999 e 2011, realmente é muito diferente, pois em 1999 tínhamos que fazer tudo ao vivo e a cores, agora o de 2011 podíamos resolver tudo virtualmente para traçar documentos (REZENDE).

Ana Luiza Caldas hoje é professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e por muitos anos professora das escolas de surdos de Porto Alegre. Segundo ela:

Em 1999 sempre havia reuniões presenciais na FENEIS de Porto Alegre; o diretor regional Carlos Alberto Góes me convidou para ser coordenadora da comissão para organizar a passeata e a entrega do documento *Educação que Nós Queremos* ao governo. Foi um momento muito importante, mas difícil porque não tinha internet como hoje; tivemos grande apoio da Maria Cristina Pereira, ouvinte que ligava aos nossos contatos, ajudava a escrever as cartas e documentos, avisou à imprensa e entre outras coisas. Tivemos apoio da deputada estadual Maria do Rosário e vereador João Motta. Com eles marcamos uma assembleia no palácio do governador para discutir o documento. Nunca esqueço que a organização foi perfeita, eu estava à frente da passeata com luvas brancas nas mãos e ao lado estava a deputada estadual Maria do Rosário. O governador Olívio Dutra recebeu o documento nas mãos (CALDAS).

Logo depois de entrevistar a Ana Luiza eu senti a necessidade de entrevistar o Carlos Alberto Goés, que trouxe a Feneis ao estado Gaúcho e, por muitos anos, foi diretor da Feneis do RS. Segue a narrativa dele:

Eu fui diretor regional da Feneis do RS e fundador da Feneis regional do RS, de 1996 a 2002. Sempre fazíamos reuniões no prédio da Feneis em POA. Num certo dia teve uma reunião para a organização do congresso que vinha a acontecer e vi muitas reclamações dos surdos pela falta

de direitos. Como eu morava no Rio de Janeiro e tive experiências com Movimentos Surdos lá, aí tive ideia de promover a passeata, mas sozinho não iria conseguir e de longe vi a Ana Luiza, sempre à frente com seus ideais; aí propus a ela ser coordenadora de comissão para organizar a passeata e tudo foi articulando com líderes surdos e ouvintes. Não adianta só falar, precisamos ser práticos e vi que a passeata seria uma oportunidade de chamar atenção às demandas que nós surdos queríamos naquele ano. Disse para a Ana Luiza que tenho total confiança da liderança dela e pedi para ela reunir surdos e ouvintes, professores e pesquisadores, faixas para passeata. Não foi fácil, tivemos muitas dificuldades, era tudo diferente de hoje, precisávamos esperar o amanhã para resolver as pendências; hoje podemos resolver pelo celular, não é? Risos. Chegava a casa e lembrava-se de algumas coisas, tinha que esperar amanhã para resolver, era tão ruim e perdemos muitas coisas por causa disso, faltava um contato imediato direto com os surdos. A Maria Cristina Pereira, ouvinte que nos ajudou muito ligando aos contatos para a articulação deste movimento. Foi maravilhoso e emocionante. Enfim, a passeata começou em frente da Faculdade de Educação da UFRGS e seguimos até ao Palácio do governador Olívio Dutra; lá entregamos o documento Educação que Nós Surdos Queremos e tivemos uma reunião no gabinete com o governador. Dias depois tivemos a assembleia e obtivemos aprovação nos projetos. No fim do ano de 1999 veio a oficialização de Libras no estado do Rio Grande do Sul, a Lei nº 11.405.(GÓES).

Após conversar com o Carlos Alberto, fui atrás da Maria Cristina Pires Pereira, que hoje é professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e obtive o relato dela sobre a passeata por e-mail.

Não participei diretamente da elaboração do documento “A Educação que nós Surdos Queremos”, pois estava envolvida somente com a organização da passeata, que foi bem trabalhosa, nem consegui frequentar muito o próprio congresso. Por um lado, achei isto interessante, pois foi bem nesta época que as pessoas surdas começaram a efetivamente protagonizarem a direção que queriam para a sua Educação. O documento foi elaborado e entregue majoritariamente por pessoas surdas e as pessoas ouvintes, participantes da Comunidade Surda, estavam envolvidas como apoio. Eu nunca tinha visto tanto envolvimento em uma mobilização como foi aquela, nem depois. Na passeata, saíram todos do Campus Central da UFRGS, onde era o congresso, e tomaram as ruas em direção ao Palácio Piratini, na Praça da Matriz, em Porto Alegre, RS. No caminho, escolas de surdos, pessoas ouvintes e surdas de diversas partes do mundo percorreram o trajeto, portando cartazes, sinalizando etc. Na chegada em frente ao Palácio Piratini, antes de sermos recebidos pelo governador, na época Olívio Dutra, e pela secretária de Educação, houve pronunciamentos, sempre com interpretação. Nunca mais soube de um movimento tão forte e com tanta mobilização. Deveria ser parte da história dos surdos brasileiros, passada aos professores e alunos surdos em todas as formações. Não podemos esquecer este momento tão forte e importante no Brasil. (PEREIRA).

De certa forma todos nós da área de Educação de Surdos sentimos muita falta dos Movimentos Surdos que tínhamos, eram fortes e de muita união. Tempos mudam certamente. Para complementar as narrativas que consegui para este presente artigo, trago aqui um trecho da entrevista da Madalena Klein, que deu para a dissertação de mestrado da Luciane Bresciani (2017).

Naquele tempo, já tinha palestrantes surdos. Foi quando se teve a ideia de fazer o Pré-Congresso, que foi também um tiro no escuro... “Vamos ver o que dá”[...] Então, a Gladis e mais alguns surdos, como a Ana Luiza, Gisele,

Carlos Alberto, se reuniram... Principalmente aqueles surdos que já tinham uma aproximação com o campo da educação, sentaram e começaram a fazer uma discussão da primeira versão do documento sobre a educação. Não sabíamos quantos surdos apareceriam, mas já tínhamos definido que os ouvintes que participariam seriam aqueles intérpretes, que ajudariam na escrita do documento, estariam lá para escrever, os “escreventes” [risos], os escrivães. Quando vimos, eram 150 surdos que vieram antes para fazer essa discussão. Isso para nós já foi... [suspiro]... Imagina... Sem Facebook, em uma época em que as pessoas estavam começando a usar e-mail, lembro que eu estava pensando com os meus e-mails porque ainda não sabia usar muito bem [risos] (KLEIN, apud LOPES).

Essas ações demonstram as formas como a Cultura Surda vem sendo consumida e negociada, ou seja, a partir dos Movimentos Surdos vemos outras formas de entender o que vem sendo tomado enquanto Cultura Surda. Como afirma Pinheiro (2011):

A Cultura Surda é significada cotidianamente de forma a produzir identidades em sujeitos que experienciam o mundo visualmente por meio da Língua de Sinais. [...] consumo da Cultura Surda como forma de demarcação de espaço e poder. São produções discursivas de Resistência Surda que promovem o consumo da Cultura Surda para se reafirmarem como sujeitos culturais e serem assim representadas no campo político e educacional. (PINHEIRO, 2011, p. 30-31).

A maior manifestação do movimento surdo aconteceu na Capital Federal, nos dias 19 e 20 de maio de 2011. Foram mais de quatro mil pessoas, entre surdos e ouvintes, apresentando faixas com mensagens a favor da educação bilíngue, do respeito pela Língua de Sinais e pela Cultura Surda.

Foram dois dias de manifestações na Capital Federal. No primeiro dia em frente ao MEC, com muita gritaria, garra e luta dos participantes. Logo depois, todos os participantes do movimento foram ao Senado, onde alguns senadores receberam o grupo de militantes e deram apoio às reivindicações do movimento, entre as principais delas: respeito à Cultura Surda e a institucionalização da escola bilíngue como o lugar da educação dos surdos. Pela noite os manifestantes acenderam velas em frente ao Palácio do Planalto para relembrar um pedaço da história dos surdos.

No segundo dia de manifestação houve passeata nas principais ruas de Brasília e um pequeno festival de Cultura Surda próximo ao Palácio do Planalto. Nessa manifestação havia um carro elétrico onde os artistas surdos subiam para mostrar sua arte, em um contexto de respeito à Cultura Surda e à educação bilíngue. As lutas e reivindicações da Militância Surda que se movimentam a favor dessas causas vêm aos poucos conquistando mais espaço, tornando visível e possível a existência de uma escola desejada pela Comunidade Surda. As pesquisadoras Quadros e Sutton-Spence (2006) ressaltam:

A identidade e a cultura das pessoas surdas são complexas, já que seus membros frequentemente vivem num ambiente bilíngue e multicultural. Por um lado, as pessoas surdas fazem parte de um grupo visual, de uma Comunidade Surda que pode se estender além da esfera nacional, no nível mundial. É uma comunidade que atravessa fronteiras. Por outro lado, eles

fazem parte de uma sociedade nacional, com uma Língua de Sinais própria e com culturas partilhadas com pessoas ouvintes de seu país (SUTTON-SPENCE, 2006, p. 111).

Concordo plenamente com as autoras, pois aqui no Brasil o Movimento Surdo tem a influência das culturas regionais. Por exemplo, na manifestação em prol da educação bilíngue, havia um grupo grande de surdos do estado de Pernambuco, eles se fantasiavam com as cores da bandeira do estado e usaram frevos, um dos símbolos do folclore pernambucano. Já os surdos do Rio Grande do Sul desfilaram com chimarrão, tomando água quente mesmo sob sol forte e muito calor. Isso é Cultura Surda brasileira partilhada com as culturas regionais do Brasil. As autoras Karnopp, Klein e Lunardi-Lazzarin (2011), ao tratarem da noção de Cultura Surda, afirmam:

Os surdos brasileiros são membros de uma Cultura Surda; não significa que todas as pessoas surdas no mundo compartilhem a mesma cultura simplesmente porque elas não ouvem. Os surdos brasileiros são membros da Cultura Surda brasileira da mesma forma que os surdos americanos são membros da Cultura Surda norte-americana. Esses grupos usam Línguas de Sinais diferentes e possuem diferentes experiências de vida; no entanto, independentemente do local onde vivem, um dos fatores que os identifica é a experiência visual. Isso não se relaciona às perspectivas compensatórias como usualmente são descritos os surdos: pela falta de sentido da audição, eles desenvolveriam o sentido visual. A Experiência visual está relacionada com a Cultura Surda, representada pela Língua de Sinais, pelo modo diferente de ser, de se expressar e de conhecer o mundo (KARNOPP; KLEIN; LUNARDI-LAZZARIN, 2011, p.19).

É no Movimento Surdo que emergem os significados de Cultura Surda, pois surgiram muitas pesquisas que foram aprofundadas para entender os efeitos da Cultura Surda e isso deu a força para a existência dessa Cultura. Segundo Gomes (2011):

Justamente pela história de lutas e resistências de Comunidades Surdas, essa forma de enunciação discursiva (saberes sujeitos) vem tomando mais força e autenticidade, corroborando para o entendimento teórico da Cultura Surda (GOMES, 2011, p. 134).

A fim de defender a educação bilíngue para surdos veio a aprovação da meta nº 4.7 do Plano Nacional de Educação (PNE), lei nº 13.005/2014, que esclarece:

4.7) garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdoscegos.

Depois da grande manifestação em Brasília, outro movimento que marcou as ações em defesa da educação de surdos foi o projeto “Setembro Azul”, que recebe esse nome, pois setembro é o mês em que se comemora o dia do surdo e

azul por ser a cor simbólica dos surdos. O projeto teve o objetivo de apresentar o movimento para as autoridades locais e regionais, já que a grande manifestação foi realizada somente em Brasília. O projeto foi espalhado por todo o Brasil; cada estado preparou o seu evento. O Setembro Azul foi um grande sucesso, realizaram-se seminários, palestras, apresentações teatrais, passeatas, audiências públicas, exposições, festas etc. nos diversos estados brasileiros. Acontece até hoje.

O documento *Educação que Nós Surdos Queremos*, a Lei de Libras, Letras/Libras e o Setembro Azul são os efeitos das reivindicações do Movimento Surdo e das lutas de pesquisadores envolvidos com as causas da educação de surdos. Vale reforçar que o Documento *Educação que Nós Surdos Queremos* foi um impulso para muitas coisas que temos hoje; se não fosse o documento certamente não teríamos histórias para contar nesse livro. Ressalto que nem tudo é um mar de rosas, ainda estamos na luta pelas escolas bilíngues para surdos com qualidade, a fim de respeitar o desenvolvimento linguístico adequado e ambiente linguístico aos alunos surdos.

Referências

BRASIL, **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm . Acesso em: 27 fev. 2019.

DALL´ALBA, Carilissa. **Movimentos Surdos e Educação: Negociação da Cultura Surda**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 2013.

FEBRAPILS. **Nota Técnica**. <http://febrapils.org.br/wp-content/uploads/2017/07/nota-tnica-febrapils-feneis-materiais-audiovisuais.pdf> . Acesso em: 27 fev. 2019.

FENEIS. Desenvolvimento integral do surdo “enquanto pessoa”. **Revista da FENEIS**, Belo Horizonte, 1995.

FENEIS. Documento 008561/1999 - **A Educação que Nós Surdos Queremos**. Elaborado pela Comunidade Surda a partir do Pré-Congresso ao V Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue para Surdos, realizado em Porto Alegre, na UFRGS, 1999.

FENEIS. Brasil diz sim às Escolas Bilíngues para Surdos. **Revista da FENEIS**, Belo Horizonte, 2011.

GOMES, Anie Pereira Goulart. A invenção da Cultura Surda e seu imperativo no plano conceitual. In: KARNOPP, Lodenir Becker; KLEIN, Madalena; LUNARDI-LAZZARIN, Márcia Lise (org). **Cultura Surda na contemporaneidade: negociações, intercorrências e provocações**. Canoas: Ed. ULBRA, 2011. p. 120 - 135.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.16, n.47, p. 333 - 361, maio-agosto/2011.

KARNOPP, Lodenir Becker; KLEIN Madalena; LUNARDI-LAZZARIN, Márcia Lise. Produção, Circulação e consumo da Cultura Surda brasileira In: KARNOPP, Lodenir Becker; KLEIN, Madalena; LUNARDI-LAZZARIN, Márcia Lise (org). **Cultura Surda na contemporaneidade: negociações, intercorrências e provocações**. Canoas: Ed. ULBRA, 2011. p. 15 - 28.

LOPES, Luciane Bresciani. **Emergência dos Estudos Surdos em Educação no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.2017.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

PERLIN, Gládis T.T. Identidades Surdas. In: SKLIAR, Carlos. **A Surdez: Olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998. p. 51 - 73.

PINHEIRO, Daiane. Produções Surdas no Youtube: consumindo a Cultura. In: KARNOPP, Lodenir Becker; KLEIN, Madalena; LUNARDI-LAZZARIN, Márcia Lise (org.). **Cultura Surda na contemporaneidade: negociações, intercorrências e provocações**. Canoas: Ed. ULBRA, 2011. p. 29 - 40.

POUPEPAU, Frank. **Dominación y movilizaciones**. Córdoba: Ferreyra Editor, 2007.

PROPOSTA DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS/LICENCIATURA HABILITAÇÃO EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: UFSC, FENEIS, CEFET-SC. Coordenadores do projeto, Prof^ª. Dr^ª. Viviane M. Heberle e Prof^ª. Dr^ª. Ronice M. de Quadros. p 1 - 17.

QUADROS, Ronice Muller de; SUTTON-SPENCE, Raquel. Poesia em língua de sinais: traços da identidade surda. In: QUADROS, Ronice Muller de (org). **Estudos Surdos I**. Petrópolis: Arara Azul, 2006. p. 110 - 165.

THOMA, Adriana da Silva; KLEIN, Madalena. Experiências educacionais, movimentos e lutas surdas como condições de possibilidade para uma educação de surdos no Brasil. **Cadernos de Educação/faculdade de Educação** - UFPeL, Pelotas, RS, v.19, n. 36, p. 107 - 131, maio-ago. 2010 .